

Técnico Previdenciário

INSTRUÇÕES:

1. Aguarde autorização para abrir o **CADERNO DE PROVAS**.
2. Após esta autorização, confira devidamente o **CADERNO DE PROVAS**, com a máxima atenção, observando se há algum defeito (de encadernação ou de impressão) que possa dificultar a sua compreensão.
3. Ao receber o **CARTÃO DE RESPOSTAS**, verifique se os dados estão corretos: nome, nº da Inscrição e o número de documento de identificação. Se constatado algum erro, comunique-se imediatamente com o fiscal da sala para as devidas providências.
4. A prova, composta de 50 (cinquenta) questões objetivas e numeradas de 01 a 50 e uma questão discursiva (redação), terá duração máxima de 4h (quatro horas).
5. O candidato só poderá se retirar do local de prova depois de transcorrida **2 (duas) horas do início de sua aplicação**.
6. Em nenhum momento será permitido ao candidato que ele se retire da sala com o **CADERNO DE PROVAS**.
7. As respostas às questões objetivas deverão ser assinaladas no **CARTÃO DE RESPOSTAS** que lhe foi entregue. Lembre-se de que, para cada questão objetiva, há **apenas uma** resposta correta, dentre as **5 (cinco)** alternativas apresentadas com as letras A, B, C, D e E.
8. O **CARTÃO DE RESPOSTAS** deverá ser marcado, obrigatoriamente, com caneta esferográfica, com tinta na cor azul ou preta. O candidato terá inteira responsabilidade sobre seu **CARTÃO DE RESPOSTAS** e não deverá rasurá-lo, dobrá-lo, amassá-lo ou danificá-lo, pois esse não será substituído.
9. É vedada a substituição do **CARTÃO DE RESPOSTAS** em decorrência de erro cometido pelo candidato.
10. A interpretação dos enunciados faz parte da aferição de conhecimentos. Não cabem, portanto, esclarecimentos.
11. Ao término de sua prova, entregue o **CARTÃO DE RESPOSTAS**, devidamente assinado ao Fiscal da sala.

www.metropolesolucoes.com.br

Texto 1

Vim a Comala porque me disseram que aqui vivia meu pai, um tal de Pedro Páramo.

Minha mãe me disse. E eu prometi que viria vê-lo assim que ela morresse. Apertei suas mãos em sinal de que faria isso; pois ela estava morrendo, e eu decidido a prometer tudo. “Não deixe de ir visitá-lo”, recomendou ela. “O nome dele é assim e assado. Tenho certeza que ele vai gostar de conhecer você.” Então não tive outro jeito a não ser dizer a ela que faria isso, e de tanto dizer continuei dizendo mesmo depois que minhas mãos tiveram trabalho para se safarem de suas mãos mortas.

Antes ainda, ela tinha me dito:

— Não peça nada a ele. Exige o que é nosso. O que ele tinha de ter me dado e não me deu nunca... O esquecimento em que nos deixou, filho, você deve cobrar caro.

— Vou fazer isso, mãe.

Mas não pensei em cumprir minha promessa. Até que agora comecei a me encher de sonhos e a soltar as ilusões. E assim foi se formando em mim um mundo ao redor da esperança que era aquele senhor chamado Pedro Páramo, o marido da minha mãe. Por isso vim a Comala.

RULFO, Juan. Pedro Páramo. Tradução e prefácio de Eric Nepomuceno. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008. (adaptado).

QUESTÃO 1

Considerando os sentidos e os aspectos linguísticos do texto, julgue os itens seguintes:

- I. A busca do filho pelo pai que não conheceu, motivada por uma promessa feita à mãe que morria, é a premissa que envolve a narrativa de Pedro Páramo.
- II. Ao pai nada deveria pedir, mas sim exigir o que lhe era devido por direito; após tantos anos, a mãe desejava que o filho retribuísse ao pai o mesmo esquecimento na qual fora deixada.
- III. No trecho: dizer a ela que faria isso (l.8), o pronome demonstrativo remete à oração anterior.

- (A) Todas as afirmativas são corretas.
- (B) São incorretas as afirmativas I e III.
- (C) São incorretas as afirmativas II e III.
- (D) São incorretas as afirmativas I e II.
- (E) Todas as afirmativas são incorretas.

QUESTÃO 2

Seriam preservados o sentido original do texto e a correção gramatical, se o termo safarem (l. 10) fosse substituído por:

- (A) susterem.
- (B) conterem.
- (C) acalentarem.
- (D) despedirem.
- (E) livrarem.

QUESTÃO 3

Leia atentamente as assertivas abaixo:

- I. Assisti àquele filme três vezes.
- II. Fiz um apelo à minha chefe.
- III. Obedeci àquele juramento até o fim.
- IV. Vou até à praia todos os domingos.

Assinale a alternativa correta, tendo em vista as regras de uso do sinal indicativo de crase:

- (A) O uso da crase é facultativo nas frases I e III.
- (B) O uso da crase é facultativo nas frases II e III.
- (C) O uso da crase é facultativo nas frases I e IV.
- (D) O uso da crase é facultativo nas frases II e IV.
- (E) O uso da crase é facultativo nas frases III e IV.

Texto 2

O Dia Nacional do Braille, sistema de leitura com o tato para cegos, inventado pelo francês Louis Braille, foi comemorado em 8 de abril. Trata-se de um sistema em pontos relevo para o deficiente visual ler textos variados. A disposição desses pontos distinguem os caracteres uns dos outros, já que os alfabetos Braille, que são transcrições da escrita impressa, variam de língua para língua.

Os primeiros atendimentos formais para deficientes visuais no Brasil se deram no ano de 1854, no Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamim Constant, fundado na cidade do Rio de Janeiro por iniciativa do governo imperial.

Os cegos são 3,5% da população brasileira. Muitos se formaram e constituíram família. Há deficientes visuais doutores, professores e formados em Psicologia. Será que a educação para o cego, em um espaço específico, um instituto, para tais, os tornou pessoas difíceis de se conviver ou de trabalhar? Não, pelo contrário! É de extrema importância este centro de referência. Além de manter a escola, o instituto capacita profissionais da área da deficiência visual, assessora escolas e instituições em geral e oferece reabilitação física. Ou seja, forma sujeitos para a vida social e autônoma.

Escutei de uma deficiente visual uma vez que "eles" são abordados na rua por pessoas que querem ajudá-los de qualquer jeito e eles sentem-se constrangidos por vezes, porque percebem-se capazes de fazer algo sozinho. Fiquei perplexa ao ouvir e respondi em alto e bom som: Isso é gentileza! Está errado?

Ela me respondeu que não era para interpretar dessa forma! Hoje, diante da minha demanda de trabalho na inclusão e da diversidade na vida me pergunto: será então que, se minhas crianças especiais recebessem esse mesmo tratamento durante sua vida escolar e assim fossem inseridas na vida social para se tornarem laborais, não teriam uma vida melhor? E respondendo as duas questões anteriores, me pego refletindo que ela tinha razão!

Se os outros não percebem o deficiente visual como ser atuante, não deixarão de auxiliá-lo sempre, tentar dar a mão! Obviamente lembrando que não devemos deixar de lado as gentilezas, mas, se uma pessoa consegue reconhecer no outro a capacidade de ser autônoma, deixará de tratá-lo como pobrezinho e o tratará para a liberdade. Uma salva de palmas para a educação de cegos no Brasil, que através do Braille vem alfabetizando e trazendo para pessoas com deficiência visual o mundo não visível ao alcance das mãos e da mente!
Michele Joia. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/> acessado em 16 de abril de 2019.

QUESTÃO 4

Considerando os sentidos e os aspectos linguísticos do texto, julgue os itens seguintes:

- I. “uns dos outros” é um recurso coesivo, utilizado para retomar uma ideia anteriormente citada no texto, “a disposição dos pontos”.
- II. No primeiro parágrafo, a oração “que são transcrições da escrita impressa” tem valor semântico explicativo e poderia ser suprimido do período sem prejuízo gramatical.
- III. Em: “Isso é gentileza!”, o termo remete ao constrangimento de serem abordados para receber benefício.

- (A) Todas as afirmativas são incorretas
(B) São corretas as afirmativas I e III
(C) São corretas as afirmativas II e III
(D) São corretas as afirmativas I e II
(E) Todas as afirmativas são corretas.

QUESTÃO 5

A partir da leitura do texto 2, julgue as assertivas:

- I. Infere-se da leitura do texto o posicionamento do autor que é contrário ao protecionismo estabelecido desde a época imperial, uma vez que o deficiente visual é um cidadão plenamente capaz de prescindir de qualquer ajuda.
- II. Numa sociedade que se preocupa constantemente com a inclusão, é desnecessária a existência de estabelecimentos como o Instituto Benjamim Constant, uma vez que é preciso incluir esses cidadãos em nossa sociedade e garantir-lhes direitos igualitários aos demais, conforme defende a autora.
- III. Segundo o texto, os deficientes não recebem o devido apoio da sociedade por não serem percebidos

- (A) Todas as afirmativas são incorretas
(B) São incorretas as afirmativas I e III.
(C) São incorretas as afirmativas II e III
(D) São incorretas as afirmativas I e II
(E) Todas as afirmativas são corretas.

QUESTÃO 6

No último parágrafo do texto 2, sobre o termo “pobrezinho”, pode-se afirmar que:

- (A) é formado por parassíntese
- (B) adquire um ar carinhoso ao adotar o diminutivo como maneira de se referir à pessoa portadora de deficiência
- (C) é preferível, pois ao utilizar a palavra não flexionada no diminutivo, poderia haver confusão quanto à classe econômica do indivíduo
- (D) É uma maneira impessoal e acrítica de tratamento aos deficientes visuais, neste contexto
- (E) Tem um ar pejorativo, revela, pois, ao leitor um posicionamento há muito já estabelecido aos deficientes e que os impossibilitam de terem o devido reconhecimento de suas capacidades.

QUESTÃO 7

Não é apresentada uma forma verbal na voz passiva em.

- (A) O Dia Nacional do Braille foi comemorado em 8 de abril
- (B) Eles são abordados na rua por pessoas
- (C) Ele foi constrangido por vezes
- (D) José foi avistado pela equipe de salvamento
- (E) Não se perceberias como ser atuante.

Texto 3

Identidade

Preciso ser um outro
Para ser eu mesmo

Sou grão de rocha
Sou o vento que desgasta

Sou pólen sem inseto

Sou areia sustentando
O sexo das árvores

Existo onde me desconheço
Aguardando pelo meu passado
Ansiando a esperança do futuro

No mundo que combato morro
No mundo por que luto nasço.

Mia Couto, em “Raiz de orvalho e outros poemas”. Lisboa: Editorial Caminho, 1999.

QUESTÃO 8

Considerando os sentidos e os aspectos linguísticos do texto, julgue os itens seguintes:

- I. Para o eu lírico, a identidade é construída na oposição entre coisas, pois tudo parece conflitar.
- II. Combater e lutar são palavras do mesmo campo semântico, mas a forma que a poesia as emprega atribui a elas sentidos distintos no contexto utilizado.
- III. A poesia desassossega: a formação dos versos é proposital, uma vez que invertida a ordem deles, o sentido não seria alterado.

- (A) São incorretas as afirmativas II e III.
- (B) São corretas as afirmativas I e III
- (C) São corretas as afirmativas II e III.
- (D) São corretas as afirmativas I e II.
- (E) Todas as afirmativas são corretas.

QUESTÃO 9

Conforme o Manual de Redação, o princípio constitucional da publicidade não se esgota na mera publicação do texto, estendendo-se, ainda, à necessidade de que o texto seja claro. Para a obtenção de clareza, em geral, não se recomenda.

- (A) o uso de palavras e expressões simples
- (B) o uso de frases curtas
- (C) a uniformidade do tempo verbal no texto.
- (D) a utilização de neologismos
- (E) a pontuação adequada do texto

QUESTÃO 10

Um dos atributos da redação oficial é:

- (A) objetividade.
- (B) anonimato e impessoalidade.
- (C) prescindir do uso de termos imprecisos.
- (D) rebuscamento.
- (E) Pleonasma.

QUESTÃO 11

Sobre a organização e funcionamento da Administração Pública, abarcando a administração direta e indireta, bem como as autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. Assinale a Alternativa CORRETA.

- (A) Fazem parte da Administração Indireta: Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Ministérios e Fundações Públicas.
- (B) As empresas públicas são entidades com personalidade jurídica de Direito Privado, autorizadas por lei, para executar atividades típicas da Administração Pública.
- (C) São pessoas jurídicas de Direito Público as Empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista.
- (D) As Sociedades de Economia Mista são entidades de Direito Privado, autorizadas por lei.
- (E) As Autarquias são entidades de Direito Privado, criadas por lei.

QUESTÃO 12

A organização interna da atividade administrativa, a fim de melhor desempenhá-la, distribuindo-a através da criação de órgãos em uma mesma estrutura interna é denominada:

- (A) Desconcentração administrativa.
- (B) Concentração administrativa.
- (C) Descentralização política.
- (D) Descentralização administrativa.
- (E) Reestruturação administrativa.

QUESTÃO 13

Sobre os processos de desempate de licitação, em iguais condições, será assegurada a preferência sucessivamente, aos bens e serviços na seguinte ordem.

- (A) Revogado; produzidos ou prestados por empresas brasileiras; produzido no País; produzido ou prestado por empresas que invistam em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia no País.
- (B) Produzido no País; revogado; produzido ou prestado por empresas que invistam em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia no País; produzidos ou prestados por empresas brasileiras.
- (C) Revogado; Produzido no País; produzidos ou prestados por empresas brasileiras; produzido ou prestado por empresas que invistam em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia no País.
- (D) Produzidos ou prestados por empresas brasileiras; produzido no País; produzido ou prestado por empresas que invistam em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia no País; Revogado.
- (E) Revogado; produzidos ou prestados por empresas brasileiras; produzido ou prestado por empresas que invistam em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia no País; Produzido no País.

QUESTÃO 14

Compete ao Município de Maceió, EXCETO.

- (A) Criar, organizar e suprimir distritos, respeitada a Legislação Estadual pertinente.
- (B) Elaborar o orçamento municipal, prevendo a receita e fixando a despesa, consoante planejamento adequado.
- (C) Dispor sobre os assuntos de interesse local e suplementar, no que couber, a legislação federal e estadual.
- (D) Conceber, desenvolver, implantar e executar programas permanentes e preventivos contra calamidades públicas.
- (E) Instituir e arrecadar tributos, fixar tarifas, estabelecer preços e aplicar suas rendas, dispensando a obrigatoriedade da apresentação periódica de balancetes e da prestação anual de contas pelos administradores.

QUESTÃO 15

De acordo com os Contratos Administrativos, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A Administração Pública Direta e Indireta pode firmar contratos com peculiaridades administrativas que os sujeitem aos preceitos do Direito Público.
- (B) O que tipifica e o distingue do contrato privado é a participação da Administração Pública com supremacia de poder para fixar as condições iniciais do ajuste.
- (C) O Contrato Administrativo é consensual, oneroso, formal e realizado intuitu personae.
- (D) O Contrato Administrativo é o ajuste que a Administração Pública Direta como a Indireta, agindo nessa qualidade, firma, com o particular para a consecução e prestação de serviços objetivando o interesse público, nas condições impostas pela própria Administração.
- (E) Em conformidade com o privilégio administrativo na relação contratual decorre para a Administração a faculdade de impor as chamadas Cláusulas Exorbitantes do direito comum.

QUESTÃO 16

As pessoas ou entes políticos que compreendem o Administração Pública Direta, realizando diretamente a função administrativa, são respectivamente, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) União, Estados, DF e Municípios.
- (B) Estados, DF e Municípios.
- (C) União e Estados.
- (D) Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista.
- (E) Autarquias e Fundações.

QUESTÃO 17

Os órgãos públicos, quanto à posição estatal, podem ser definidos como:

- (A) Independentes e Dependentes.
- (B) Simples, Complexo, Superiores e Subalternos
- (C) Dependentes, Superiores, Autônomos
- (D) Independentes, Autônomos, Superiores e Subalternos
- (E) Subalternos e Superiores.

QUESTÃO 18

Sobre a organização administrativa, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Uma empresa pública prestadora de serviço público é criada por meio do fenômeno da descentralização, enquanto uma empresa pública explorada de atividade econômica é criada por meio do fenômeno da desconcentração.
- (B) No Brasil, a criação de Territórios Federais constitui hipótese de descentralização geográfica ou territorial.
- (C) A criação de uma secretaria municipal é hipótese de descentralização.
- (D) A transferência de uma competência de um órgão superior a um órgão subalterno, sem quebra de hierarquia, é hipótese de descentralização.
- (E) A criação de uma agência reguladora é decorrente do fenômeno da desconcentração.

QUESTÃO 19

De acordo com a competência privativa da Câmara Municipal, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) Elaborar e aprovar seu Regimento Interno.
- (B) Deliberar, mediante Resolução, sobre assuntos de sua economia interna.
- (C) Eleger e destituir a Mesa Diretoria, na forma regimental.
- (D) Transferir, temporariamente, a sede do Município.
- (E) Fiscalizar e controlar, diretamente, os atos do Poder Judiciário, incluídos os da administração indireta.

QUESTÃO 20

A atuação das comissões disciplinares e das comissões de licitação, demonstram a atuação funcional de órgãos:

- (A) Compostos
- (B) Singulares
- (C) Hierárquicos
- (D) Gerenciais
- (E) Colegiados

QUESTÃO 21

Qual o princípio explícito geral da Administração Pública, no qual se encontra o entendimento de que a mesma, não deve distinguir interesses sem previsão legal, tendo em vista a proibição à Administração da precedência de qualquer interesse que não seja o interesse público:

- (A) Moralidade
- (B) Razoabilidade
- (C) Segurança Jurídica
- (D) Impessoalidade
- (E) Legalidade

QUESTÃO 22

Assinale a alternativa que nomeia o poder que se refere ao controle estatal dos interesses e das atividades dos particulares, limitando ou disciplinando direitos, interesses ou liberdades individuais:

- (A) Regulamentar.
- (B) Hierárquico.
- (C) De Polícia.
- (D) Disciplinar
- (E) Arbitrário

QUESTÃO 23

A teoria que legitima, os atos lícitos praticados pelos agentes públicos serem atribuídos a pessoa jurídica à qual os agentes públicos pertencem, se chama:

- (A) Teoria da atribuição legal
- (B) Teoria da imputação
- (C) Teoria da descentralização pública
- (D) Teoria da incorporação plena
- (E) Teoria da atribuição pública

QUESTÃO 24

Assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) Nos casos de cessão, autorização, permissão ou concessão de uso de bens municipais, as benfeitorias acrescidas passarão a compor o patrimônio municipal
- (B) Ao Município, no exercício de sua autonomia que lhe é assegurada, incumbe gerir os bens integrantes de seu patrimônio, controlando-lhes a utilização e promovendo-lhes a conservação
- (C) O Município, visando a promover a remoção de favelas e assim atender as necessidades habitacionais de segmentos carentes da coletividade, poderá proceder, mediante autorização Legislativa, o parcelamento de imóveis de seu patrimônio, cujos lotes serão alienados pelo preço mínimo apurado em avaliação administrativa, vedada

aquisição de mais de uma área ou lote por uma mesma pessoa e prevista a inalienabilidade pelo prazo de cinco anos.
(D) O município, preferencialmente à venda ou à doação de bens imóveis, concederá direito real de uso, mediante prévio certame licitatório, dispensável este, apenas, quando se tratar o cessionário de entidade assistencial ou de concessionária de serviço público, ou se verificar relevante interesse público devidamente justificado

(E) É vedada a cessão, a autorização, a permissão e concessão de uso de área de bens públicos de uso comum, mesmo quando se destinem a execução de atividades compatíveis com as finalidades a que se acha o imóvel reservado.

QUESTÃO 25

Assinale a alternativa que dispõe a forma de controle exercido pelo cidadão na administração pública, quando este fiscaliza, monitora e exerce controle das ações do governo:

- (A) Institucional
- (B) Interno.
- (C) Fiscal.
- (D) Externo.
- (E) Social

QUESTÃO 26

Os órgãos públicos da administração direta e autárquica, não podem ser extintos por meio de decreto do chefe do poder Executivo, tendo em vista que foram:

- (A) Autorizados por Lei.
- (B) Criados por Decreto Legislativo.
- (C) Autorizados por Portaria superior.
- (D) Criado por Lei.
- (E) Criados por Decreto do Judiciário.

QUESTÃO 27

Quando as atribuições de um órgão público são delegadas a outra pessoa jurídica, com vistas a otimizar a prestação do serviço público, temos:

- (A) Desconcentração.
- (B) Orquestração.
- (C) Concentração.
- (D) Centralização.
- (E) Descentralização.

QUESTÃO 28

Segundo a doutrina, a descentralização por serviço, funcional ou técnica ocorre através da outorga da atividade da Administração direta para a entidade da Administração indireta, ou seja:

- (A) Há a transferência da titularidade e do exercício da atividade.
- (B) Há a transferência da titularidade e não do exercício da atividade.
- (C) Há a transferência somente do exercício da atividade.
- (D) Há a transferência do controle da atividade, mas não sua titularidade.
- (E) Há a transferência do controle da atividade, mas não do seu exercício.

QUESTÃO 29

Qual princípio introduzido expressamente na Constituição Federal, na denominada Reforma Administrativa, traduz a ideia de uma administração gerencial:

- (A) Princípio da Supremacia.
- (B) Princípio da Eficiência.
- (C) Princípio da Publicidade.
- (D) Princípio da Impessoalidade.
- (E) Princípio da Legalidade.

QUESTÃO 30

As funções de confiança na Administração Pública, deverão ser exercidas:

- (A) Preferencialmente por servidor ocupante de cargo efetivo.
- (B) Por servidor aposentado que retorna ao serviço público, sem ocupar cargo.
- (C) Alternadamente por ocupante de cargo em comissão e de cargo efetivo.
- (D) Por servidor designado mesmo que não seja ocupante de cargo público.
- (E) Exclusivamente por servidor ocupante de cargo efetivo.

QUESTÃO 31

Em relação aos atos que caracterizam a improbidade administrativa, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Possuem como sujeito ativo agentes públicos ou agentes políticos, exclusivamente, e como sujeito passivo entidades da Administração direta e indireta de todos os Poderes
- (B) Podem ter como sujeito passivo entidade cuja a criação ou custeio o erário concorra com menos de 50% limitando-se, nesse caso, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre os cofres públicos
- (C) São aqueles praticados contra o patrimônio público ou entidades que recebam recurso ou subvenção pública, desde que em montante superior a 50% do capital ou custeio
- (D) Pressupõem, para aplicação das penalidades previstas na legislação própria, conduta comissiva com enriquecimento ilícito ou prejuízo ao erário e vínculo funcional ou eletivo do sujeito ativo com o poder público
- (E) Pressupõem, para aplicação de sanções pecuniárias previstas na lei específica, cumulativamente, a ocorrência de prejuízo ao erário, enriquecimento ilícito e violação aos princípios da Administração pública.

QUESTÃO 32

Assinale a alternativa que indica exemplo de ato de improbidade administrativa punível com perda de bens ou valores acrescidos licitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão de direitos políticos de oito a dez anos:

- (A) Frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente.
- (B) Frustrar a licitude de concurso público.
- (C) Perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba de qualquer natureza.
- (D) Negar publicidade aos atos oficiais.
- (E) Ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.

QUESTÃO 33

A probidade administrativa é um aspecto da Administração Pública que recebeu tratamento próprio na Constituição, tendo em vista ser oriundo do princípio da:

- (A) Eficiência
- (B) Moralidade
- (C) Legalidade
- (D) Impessoalidade
- (E) Publicidade

QUESTÃO 34

A sociedade de economia mista se diferencia da empresa pública, tendo cada uma características próprias. Assinale a alternativa que constitui um dos elementos que diferencia as sociedades de economia mista das empresas públicas:

- (A) Forma de sujeição ao controle estatal.
- (B) Patrimônio.
- (C) Regime jurídico de pessoal.
- (D) Composição do capital.
- (E) Natureza da atividade.

QUESTÃO 35

Assinale a opção que denomina o princípio que vincula à limitação da discricionariedade administrativa:

- (A) Razoabilidade.
- (B) Impessoalidade.
- (C) Presunção de legitimidade.
- (D) Segurança Jurídica.
- (E) Hierarquia.

QUESTÃO 36

Segundo a Lei Municipal 4973 de 2000, são requisitos básicos para a investidura em cargo público, EXCETO:

- (A) O gozo dos direitos políticos.
- (B) A nacionalidade brasileira ou estrangeira na forma da Lei.
- (C) Aptidão física e mental.
- (D) A idade mínima de vinte e um anos.
- (E) O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.

QUESTÃO 37

Em relação à posse do servidor público, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) A posse é a investidura do servidor em cargo público e dar-se-á pela assinatura do respectivo termo.
- (B) A posse poderá dar-se mediante procuração específica lavrada em cartório.
- (C) Em não ocorrendo a posse no prazo previsto no parágrafo anterior, o ato de nomeação ficará automaticamente sem efeito.
- (D) A posse ocorrerá em 45 dias contados da publicação do ato de provimento, sendo vedada a prorrogação.
- (E) no ato da posse, o servidor apresentará a declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

QUESTÃO 38

Quando o agente atua fora dos limites da competência que lhe foi atribuída, ou seja, extrapola os limites de sua competência ou invade competência que não é sua, terá praticado um ato com:

- (A) Desvio de finalidade
- (B) Excesso de poder
- (C) Desvio de poder
- (D) Abuso de poder
- (E) Abuso de finalidade

QUESTÃO 39

A respeito da previdência social, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) é vedada a filiação ao RGPS de pessoa participante de regime próprio de previdência em sua qualidade de segurado facultativo
- (B) é objeto de proteção do RGPS o desempregado voluntário
- (C) Aposentados e pensionistas terão por base, a gratificação natalina, os proventos dos meses de julho e dezembro
- (D) Lei Complementar disciplinará o aporte de recursos a entidade de previdência privada da Administração Direta e Indireta
- (E) os critérios e requisitos para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do RGPS será responsabilidade de cada ente federado

QUESTÃO 40

De acordo com a Constituição Federal de 1998, o Regime Geral da Previdência Social:

- (A) é garantidor do reajustamento, apenas para preservar-lhes o valor nominal, dos benefícios previdenciários
- (B) é garantidor de, no mínimo, um salário mínimo, quando do pagamento de benefícios substitutos do salário de contribuição ou de rendimento do trabalho.
- (C) é organizado para garantir a proteção à maternidade, entendida que é exercida apenas pela mãe
- (D) Mesmo sem caráter contributivo, é de filiação obrigatória.
- (E) é organizado para atender, entre outros objetivos, à invalidez, morte e eventuais doenças, porém, não o desempregado voluntário.

QUESTÃO 41

De acordo com a nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/98, o regime próprio, elencado no artigo 40 da Constituição Federal, tem como participantes:

- (A) Ocupantes de cargo em comissão e o servidor público titular
- (B) O servidor público titular do cargo efetivo, exclusivamente
- (C) Ocupantes de mandato eletivo e servidores públicos
- (D) Empregados e servidores públicos
- (E) Qualquer brasileiro desejando contribuir para o custeio do plano.

QUESTÃO 42

Em relação à Lei 5.828 de 2009, em seu artigo 4, não compreende o benefício:

- (A) Aposentadoria especial de professor
- (B) Auxílio Doença
- (C) Aposentadoria voluntária por idade
- (D) Aposentadoria especial de médico
- (E) Salário-família

QUESTÃO 43

No que diz respeito aos Beneficiários do RGPS, assinale a alternativa correta:

- (A) O trabalhador avulso é segurado facultativo no Regime Geral de Previdência Social
- (B) O ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa é segurado obrigatório, como empregado, no Regime Geral de Previdência Social
- (C) O servidor público ocupante de cargo em comissão é segurado facultativo no Regime Geral de Previdência Social
- (D) O exercente de mandato eletivo municipal é segurado obrigatório, como empregado, no Regime Geral de Previdência Social desde que não vinculado a regime próprio de previdência social
- (E) O servidor civil estatutário dos Municípios e dos Estados é segurado obrigatório, como empregado, no Regime Geral de Previdência Social, mesmo que amparado por regime próprio de previdência social

QUESTÃO 44

De acordo com as regras dos regimes próprios previdenciários, é CORRETO afirmar

- (A) O regramento do regime próprio não alcança os membros da Magistratura e do Ministério Público Estadual, uma vez que são titulares de cargos públicos vitalícios.
- (B) Para o cálculo dos proventos de aposentadorias também será considerada a expectativa de vida do participante
- (C) Ficam excluídos de alguns dos benefícios previdenciários os servidores titulares de cargo efetivo em estágio probatório, por não gozarem ainda de estabilidade
- (D) É possível que os militares estaduais tenham regime previdenciário próprio, distinto dos servidores civis, aplicando-lhes regras especiais, trazidas por legislação específica, desde que preservado o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema.
- (E) O regime próprio a obrigatoriamente aplicável aos servidores públicos regidos por vínculo estatutário.

QUESTÃO 45

São preceitos que devem ser observados na constituição de Fundos integrados de bens, direitos e ativos, com finalidade previdenciária, exceto:

- (A) Existência de conta do fundo distinta da conta do Tesouro da unidade federativa.
- (B) Aplicação de recursos, conforme estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional.
- (C) Autorização para aplicação de recursos em títulos públicos, com exceção de títulos do Governo Federal
- (D) Constituição e extinção do fundo mediante lei.
- (E) Vedação da utilização de recursos do fundo de bens, direitos e ativos para empréstimos de qualquer natureza, inclusive à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, a entidades da administração indireta e aos respectivos segurados.

QUESTÃO 46

De acordo com o disposto na Lei 10.887/04, entende-se como base de contribuição o vencimento do cargo efetivo acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, ainda:

- (A) As diárias para viagens
- (B) Os adicionais de caráter individual.
- (C) O salário-família.
- (D) As parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho.
- (E) A parcela percebida em decorrência do exercício de cargo em comissão ou de função comissionada ou gratificada.

QUESTÃO 47

Marcelo é marceneiro, exerce atividade como empregado da empresa Marcenaria MDF desde dezembro de 2010. Ele sofreu acidente não relacionado ao trabalho, ocasião em que teve limitada a flexão de seu membro inferior esquerdo, lesão esta já consolidada. Marcelo passou por reabilitação profissional e foi treinado para outra profissão e não se recolocou ainda no mercado de trabalho. Nessa situação, Marcelo tem direito a:

- (A) Aposentadoria especial
- (B) Auxílio-doença seguido de auxílio-acidente.
- (C) Aposentadoria especial.
- (D) Aposentadoria por invalidez.
- (E) Aposentadoria por invalidez seguida de auxílio-doença.

QUESTÃO 48

Segundo a descrição do crime referente a apropriação indébita previdenciária, escolha a alternativa CORRETA:

- (A) Recolher contribuições indevidas à previdência social que tenham integrado despesas contábeis ou custos relativos à venda de produtos ilegais ou à prestação de serviços
- (B) Pagar benefício devido a segurado, quando as respectivas cotas ou valores não tiverem sido reembolsados à empresa pela previdência social.
- (C) Recolher, contribuições ou outra importância destinada à previdência social que ainda não tenham sido descontadas de pagamento efetuado a segurados.
- (D) Pena- Reclusão de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.
- (E) Recolher, no prazo legal, contribuição ou outra importância destinada à previdência social que tenha sido descontada de pagamento efetuado a segurados, a terceiros ou arrecadada do público.

QUESTÃO 49

Quanto ao regime de previdência complementar, este pode ser formado por:

- (A) Entidades abertas, que podem fundar planos de benefícios coletivos, assegurados aos empregados de um mesmo empregador, sem possibilidade de alcançar empresas àquele coligadas
- (B) Entidades abertas e fechadas, que têm de assegurar aos participantes o direito à portabilidade, inclusive com a transferência de recursos financeiros entre os participantes.
- (C) Modelo de regime de repartição de reservas e ter caráter eminentemente facultativo.
- (D) Por entidades abertas, estas sempre sob a forma de sociedade anônima, sendo acessível a quaisquer pessoas físicas.
- (E) Por entidades fechadas, que devem prever os institutos do resgate e da portabilidade, mesmo se o participante não cessar o vínculo empregatício com o patrocinador.

QUESTÃO 50

A interpretação da legislação previdenciária deve observar:

- (A) O costume, quando mais favorável ao segurado
- (B) Os princípios gerais de direito, na omissão legislativa.
- (C) A analogia, quando mais favorável ao segurado.
- (D) A Jurisprudência do Juizado Especial Federal.
- (E) O princípio do in dúbio pro sociedade em qualquer situação.

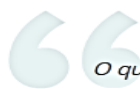
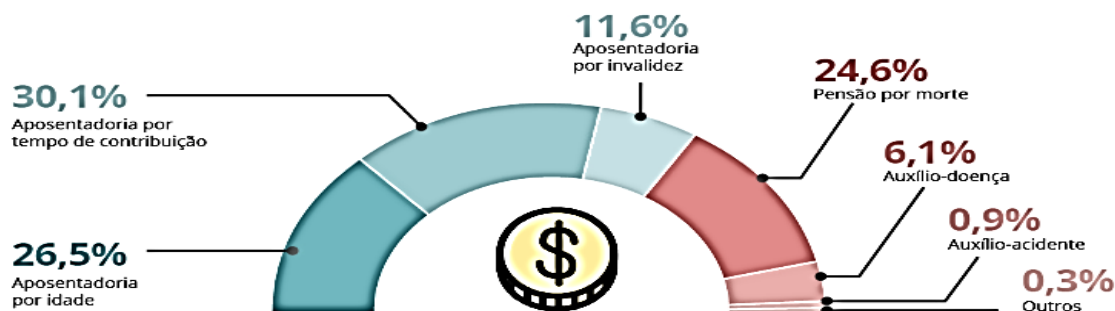
PROVA DISCURSIVA

- A partir do tema: **Previdência Social Brasileira: é necessária uma reforma?** – redija um texto dissertativo com extensão máxima de 30 (trinta) linhas. O texto deve ser escrito segundo a norma padrão da língua portuguesa, com a apresentação de uma proposta de intervenção baseada em seus argumentos sobre o assunto.
- Lembre-se de escrever de forma clara, precisa, coesa, coerente e adequada ao registro formal, no espaço destinado à folha de resposta. Qualquer fragmento de texto que ultrapasse a extensão máxima será desconsiderado.
- O texto deverá ser manuscrito de forma legível, para isto, utilize caneta esferográfica de tinta **azul** ou **preta**, fabricada com material transparente.
- Para fins avaliativos, a **folha de texto definitivo** será o único documento válido da prova discursiva. A folha de rascunho não será considerada.
- A **folha de texto definitivo** não deverá ser assinada, rubricada, nem conter palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação do texto.

TEXTOS MOTIVADORES

TEXTO I

DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS DA PREVIDÊNCIA COM OS BENEFÍCIOS (EM %)



O que mais causa impacto nas despesas da Previdência são os benefícios programados, a aposentadoria especial e por tempo de contribuição. Outros benefícios como pensão por morte, auxílio-doença e seguro-desemprego representam uma parte bem pequena da Previdência

Newton Conde, especialista em Previdência

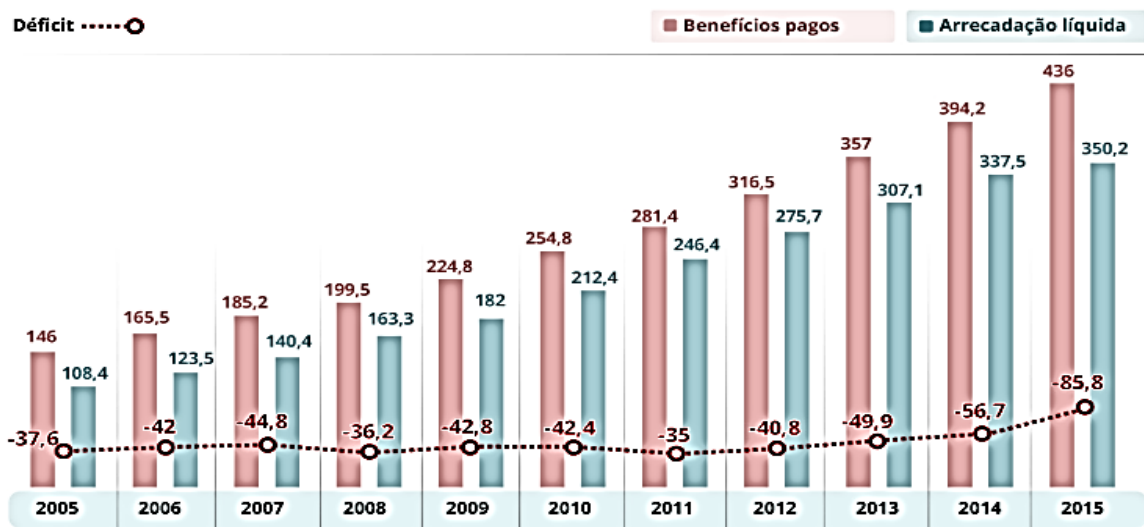
Fonte: <http://especiais.g1.globo.com/economia/2016/entenda-a-previdencia/#!/o-dinheiro-da-previdencia/>

TEXTO II

ARRECADÇÃO X GASTOS

QUANTOS R\$ BILHÕES A PREVIDÊNCIA ARRECADOU E GASTOU *

Em bilhões de reais



Fonte: <http://especiais.g1.globo.com/economia/2016/entenda-a-previdencia/#!/o-dinheiro-da-previdencia/>

TEXTO III

REFORMA DA PREVIDÊNCIA PASSA PELA 1ª VOTAÇÃO E SEGUE PARA COMISSÃO ESPECIAL

A reforma da Previdência foi considerada constitucional e aprovada pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara dos Deputados, na primeira de uma série de votações que terá que enfrentar no Congresso Nacional. Foram 48 votos a favor da aprovação e 18 contra. Não houve abstenções. A sessão demorou quase 9 horas (das 15h05 às 23h45) e foi marcada por discussões quentes entre oposição e apoiadores do governo. Houve atraso na sessão por causa de vários requerimentos apresentados pela oposição para tentar adiar a votação, mas todos foram derrubados.

Agora, o texto segue para a comissão especial, que deve ser instalada já nesta quinta-feira (25). Pelas dificuldades na CCJ, é esperada uma tramitação complicada também na comissão especial, que vai discutir e votar o conteúdo da reforma, ponto a ponto.

Fonte: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/04/23/reforma-da-previdencia-ccj.htm>

